

## Rescaldo de uma eleição equívoca

A eleição presidencial mostrou um resultado equívoco: a maioria esmagadora dos portugueses (os que não votaram no candidato eleito e os que se abstiveram) tem um presidente que não escolheu. O que, desde logo, leva a uma conclusão: nenhum dos candidatos respondia a todas as expectativas. O que também leva a uma interrogação patética: será porque Portugal não tinha melhor para oferecer ou porque os portugueses desejavam o impossível? Admita-se que um número pouco relevante (?) de eventuais votantes não exerceria nunca o seu direito de voto por lhe ser indiferente quem quer que fosse o representante da Nação.

Um eleitorado tão dividido e displicente é realmente patético. Dirão alguns que um dos valores da democracia é o direito de votar (mesmo que seja em branco, como efabulou José Saramago) e não votar. Não é assim em todas as democracias: países há em que votar é um dever que se não for cumprido é punível. E compreende-se: que direito de criticar, protestar ou reclamar contra o estado da Nação ou do seu mais representativo magistrado teria aquele cidadão que desprezou ou abdicou do seu primeiro direito de cidadania?

A democracia tem as costas largas, como soe dizer-se, e a cidadania muitas vezes não passa de um chavão que esconde o seu contrário. Juntas as perversões desses valores sacramentais, fica o campo aberto para os fariseus e os bufarinheiros que vendem e apregoam a qualidade das suas lebres, sendo gatos, ou prometem curas com chás milagrosos, sendo inócuos capins.

Em campanhas eleitorais são comuns as falsidades e as ilusões, umas vezes porque é escondido o rabo do gato, outras, porque o melhor das mezinhas está na convicção da sua eficácia. Mas se perguntarmos como funciona o poder da sugestão a um publicitário do Primeiro Mundo ou a um curandeiro do Terceiro eles dirão (ou não, porque o segredo é a alma do negócio) algo parecido com o ?postulado? de Pavlov sobre os reflexos condicionados. O célebre fisiologista russo tirou as suas conclusões, há cem anos, com experiências em cães, mas, se fosse hoje, ele teria a investigação facilitada vindo como a publicidade e a propaganda, através de palavras e imagens, actuam sobre o sistema nervoso central do público.

Lamentavelmente, a campanha eleitoral não foi tribuna de toda a verdade que se exigiria de quem se propunha ser a ?voz? e o ?espírito? de todos os portugueses. Convenhamos que isso seria difícil, porque os portugueses são muitos e tão variados como os seus pessoais interesses. Dificuldade acrescida quando, pela ausência de um projecto, estratégia ou filosofia nacional, que a todos mobilizasse por uma superior razão, cada votante escolheu o candidato que melhor se adequava à realização dos seus particulares interesses, da sua classe ou grupo social. Quantos candidatos, quantas vezes e com que ênfase, falaram em povo, pátria ou nação, demonstrando assim serem imunes às colagens dos rótulos político-partidários que confundem o patriotismo (amor à pátria) com o nacionalismo (chauvinista e xenófobo)? Apenas um deles, salvo erro, identificou ?o país? (termo cómodo por insusceptível de suspeições) como pátria e nação. Sendo uma figura declaradamente da esquerda, na qual ninguém de bom senso veria emergências da direita, não teve pruridos em imprimir no seu discurso patriótico o sentido exacto que àquelas palavras confere qualquer dicionário.

Nesta ?ousadia? de desafiar as conotações e os anátemas não se pode ignorar um sentido e uma direcção. O sentido é o de que as pátrias e as nações existem a despeito da rasoira cultural da Globalização mercantilista e a direcção é a que aponta para o horizonte onde o Multiculturalismo não é um corpo difuso, sem forma nem conteúdo, mas um conjunto concertado das partes componentes.

No contexto desta campanha eleitoral, viu-se apresentado como vector do próximo destino português o apagamento do espírito da Nação por imolação ao espírito do Mundo (sabendo-se que, no máximo, só o Grupo poderá ter um ?espírito?). Entendida como razão de sobrevivência num espaço fortemente competitivo, essa imolação significa, de facto, disponibilidade para a desnacionalização e o despatriamento, sob o pretexto e os benefícios da submissão aos senhores da Guerra e do Capital, que também envergam os trajos da Paz e do Progresso.

Debalde o presidente cessante fez discursos exortativos sobre a auto-estima dos portugueses; debalde, num dos últimos, ele instou os portugueses a não perguntarem o que poderia Portugal fazer por eles, mas o que poderiam eles fazer por Portugal. Era um desafio geral: aos que, por abandono ou negligência, consentem que o território nacional arda um pouco mais todos os anos; aos que poluem os rios e as nascentes e reclamam por falta de água potável; aos que vendem as propriedades aos estrangeiros e não se importam de vender todo o país; aos que dizem que Portugal é a Lusitânia e, nesta qualidade, poderia ter vantagens em ser mais uma região da Hispânia, etc. etc.

Que pensariam disto os tchetchenos, os azeris, os palestinianos, os povos africanos e ameríndios detentores de uma língua e uma cultura próprias, que podem não saber que o Eclesiastes já dizia, há milénios, que tudo passa, menos a terra, mas não empenham, trocam ou vendem aquela sua onde foram sepultados os antepassados e continuam a nascer os filhos, e não se importam de morrer lutando para terem o direito de dizer como o Poeta angolano: ?Nós somos.??

Provavelmente pensariam que só valoriza a pátria quem dela foi expulso ou nela foi escravo. E que só os ricos e os poderosos podem dispensar a honra e o privilégio de terem um chão das raízes.